



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/06/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	2 - 3
2.2. INSTITUCIONAL.....	4
2.3. VARAS ESPECIAIS.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	6
3.2. DESEMBARGADORES.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AVISO.....	8
4.2. DESEMBARGADORES.....	9
4.3. INSTITUCIONAL.....	10 - 12
4.4. JULGAMENTOS.....	13
4.5. VARAS ESPECIAIS.....	14
5. JORNAL EXTRA	
5.1. SINDJUS.....	15
5.2. VARAS ESPECIAIS.....	16
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JULGAMENTOS.....	17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	18
7.2. JULGAMENTOS.....	19 - 20
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. CORREIÇÕES.....	21
8.2. DESEMBARGADORES.....	22
8.3. SINDJUS.....	23

Júris movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro

Quatro júris marcados movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro. Sob a presidência do titular da 1ª vara da comarca, juiz Jairon Ferreira de Moraes, os júris acontecem nos dias 29, 30 e 31 de agosto e no dia 1º de setembro, no fórum da comarca (Rua Amaral Peixoto, 5, Centro), sempre a

partir das 8h30, quando sobem ao banco de réus acusados de homicídio.

No primeiro deles, no dia 29 de agosto, o réu Antonio Welinton Vieira dos Santos, o "Pelado", responderá pela morte de Marceilton de Sousa Noletto, o "Peteca". No segundo júri, dia 30, Raimundo Costa e Silva,

o "Burrão", vai a julgamento pelo homicídio de Nilson Matias Henrique, o "Zomim".

No último júri do mês, dia 31, Francisco Almeida Alves Amorim, o "Giraldito", responderá pela acusação de homicídio contra Antonio Bezerra da Silva, o "Pirula Conta".

A série de julgamentos será encerrada dia 1º de setembro, quando sobe ao banco de réus Geovane da Conceição Silva. Ele é acusado da morte de Maria das Graças Vieira Pereira.

Em todos os júris funcionará como defensor público Arthur Gomes de Sousa.

Júris movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro

Quatro júris marcados movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro. Sob a presidência do titular da 1ª vara da comarca, juiz Jairon Ferreira de Moraes, os júris acontecem nos dias 29, 30 e 31 de agosto e no dia 1º de setembro, no fórum da comarca (Rua Amarel Peixoto, 5, Centro), sempre a partir das 8h30, quando sobem ao banco de réus, acusados de homicídio.

No primeiro deles, no dia 29 de agosto, o réu Antônio Wellington Vieira dos Santos, o "Pelado", responderá pela morte de Marcelton de Sousa Noleto, o "Peteca". No segundo júri, dia 30, Raimun-

do Costa e Silva, o "Burrão", vai a julgamento pelo homicídio de Nilson Matias Henrique, o "Zomim".

No último júri do mês, dia 31, Francisco Almeida Alves Amorim, o "Giraldão", responderá pela acusação de homicídio contra Antônio Bezerra da Silva, o "Pirula Contão".

A série de julgamentos será encerrada dia 1º de setembro, quando sobe ao banco de réus Geovane da Conceição Silva. Ele é acusado da morte de Maria das Graças Vieira Pereira.

Em todos os júris funcionará como defensor público Arthur Gomes de Sousa.

➤ **Mutirão promove 49 audiências e homologa 17 acordos em cinco dias**

Um Mutirão de Audiências realizado pelo Juizado Especial Cível de Araioses, com início no último dia 13 e encerramento previsto para o dia 30, contabiliza 49 audiências em cinco dias, das quais 17 resultaram em homologação de acordo. Todos os processos foram sentenciados em banca. Comandada pelo titular da unidade, juiz Marcelo Fontenele Vieira, a ação visa dar maior celeridade aos processos em atraso na comarca, datados dos anos de 2003, 2008, 2009 e 2010. O mutirão tem 136 audiências umas agendadas, incluídas as já realizadas. Na primeira semana, a iniciativa recebeu a colaboração da juíza Jerusa de Castro Mendes Fontenele, da comarca de São Bernardo.

Cônsul geral da Alemanha visita Tribunal de Justiça

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu na quarta-feira (22), a visita protocolar do cônsul geral da República Federal da Alemanha em Recife (PE), Thomas Wülfing, e do cônsul honorário em Fortaleza (CE), Dieter Gerding.

Um dos assuntos abordado na visita de cortesia foi o funcionamento do Poder Judiciário do Maranhão e o uso de novas tecnologias para a agilização do sistema judicial. "Temos investido bastante para aproximar o cidadão do Poder Judiciário, que passa por uma fase de expressivas mudanças, principalmente do ponto vista da modernização dos serviços oferecidos à sociedade", informou a desembargadora aos diplomatas.

O cônsul geral se interessou sobre a estrutura do Poder Judiciário maranhense e ressaltou que,

embora o Judiciário alemão seja bem organizado, a estrutura judicial naquele país ainda utiliza muito o papel, necessitando da implantação de modernas tecnologias para a virtualização dos procedimentos processuais. "A Justiça brasileira já vive uma experiência mais interessante e avançada nesse aspecto", salientou.

O cônsul honorário, por sua vez, falou das riquezas do Estado do Maranhão. Disse que deste visitou o Maranhão, há quinze anos, ficou encantado com as belezas naturais e suas fortes características culturais. "É uma terra de grandes potencialidades", ressaltou.

Ao final do encontro, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, ofereceu aos visitantes livros dos desembargadores Cleones Cunha e Lourival Serejo e exemplares das revistas jornalística e de jurisprudência produzidas pelo tribunal.

Advogado continua preso por abuso sexual

Continua preso, desde a noite de sexta-feira (23), o advogado Airton José Sousa. Contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz da Vara da Infância e Adolescência, sob a acusação de abuso sexual.

Airton Sousa foi preso em um parque infantil localizado na avenida dos Holandeses, próximo a rotatória do Calhau e ao Comando Geral da Polícia Militar.

Ele estava sendo investigado há seis meses, por abuso de menor. Airton Sousa foi autuado no Plantão da Beira-Mar e levado para uma cela especial no Quartel do Corpo de Bombeiros.

O advogado é acusado de abusar sexualmente de uma criança de 10 anos no município de Tuntum. A criança seria sobrinho da mulher do advogado.



*Airton José Sousa
(E) permanece
preso por pedofilia*

JUSTIÇA

Vitorino Freire leva quatro réus a julgamento

Quatro júris marcados movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro. Sob a presidência do titular da 1ª vara da comarca, juiz Jairon Ferreira de Moraes, os júris acontecem nos dias 29, 30 e 31 de agosto e no dia 1º de setembro, no fórum da comarca (Rua Amaral Peixoto, 5, Centro), sempre a partir das 8h30, quando sobem ao banco de réus acusados de homicídio.

No primeiro deles, no dia 29 de agosto, o réu Antonio Welinton Vieira dos Santos, o "Pelado", responderá pela morte de Marceilton de Sousa Noletto, o "Peteca". No segundo júri, dia

30, Raimundo Costa e Silva, o "Burrão", vai a julgamento pelo homicídio de Nilson Matias Henrique, o "Zomim".

No último júri do mês, dia 31, Francisco Almeida Alves Amorim, o "Giraldo", responderá pela acusação de homicídio contra Antonio Bezerra da Silva, o "Pirula Conta".

A série de julgamentos será encerrada dia 1º de setembro, quando sobe ao banco de réus Geovane da Conceição Silva. Ele é acusado da morte de Maria das Graças Vieira Pereira.

Em todos os júris funcionará como defensor público Arthur Gomes de Sousa.

PREPARATIVOS

Maranhão realizou minicongresso de Cáritas

A Cáritas Brasileira Regional Maranhão realizou seu minicongresso regional. O encontro é atividade preparatória ao IV Congresso e à XVIII Assembleia da Cáritas Brasileira, que acontecerão em novembro, em Passo Fundo/RS.

Agentes Cáritas resgatam trajetória da entidade nos últimos dez anos

Nortear a discussão o tema "Desenvolvimento solidário sustentável e territorial", dos eventos vindouros, com base no instrumento de orientação metodológica distribuído previamente às entidades-membro - cujos minicongressos locais já foram realizados. Todas as maranhenses participaram do encontro, que contou com a presença de mais de 30 agentes, entre coordenadores de Cáritas Diocesanas, membros dos secretariados regional e nacional da entidade e de grupos acompanhados no estado.

Os mais recentes indicadores sociais do Maranhão, de acordo com o IBGE, situando o estado no cenário nacional, foram apresentados em uma análise de conjuntura realizada por Ricarte Almeida Santos, secretário executivo da Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Jorge Moreno, juiz de direito aposentado compulsoriamente pelo TJ/MA, Ademar Bertucci, assessor do secretariado nacional da Cáritas Brasileira, e Daniel Rech, representante dos parceiros de Misereor (agência de cooperação internacional) no Brasil.

Um dos dados apresentados contradiz a publicidade governamental, que vende os megaprojetos que se instalam no Maranhão como grandes geradores de empregos: apenas 24 postos de trabalho foram criados no Maranhão em maio passado. "Os grandes

projetos são apresentados como um prato de doce, mas só trazem desgraça para as comunidades", afirmou Valdivino Silva, da Cáritas Diocesana de Coroatá.

Algumas experiências da atuação da Cáritas no Maranhão representadas em detalhes que irão compor grande "colcha" em Passo Fundo/RS

Experiências - A plenária elegeu as experiências que serão apresentadas no Congresso Inter-regional, que acontece dias 12 e 13 de agosto em Teresina/PI: a Rede Mandioca, que articula grupos e comunidades produtivos no estado; a comunidade Unha de Gato, em Lago da Pedra, que reconstruiu em regime de mutirão parte de um povoado destruído pelas enchentes de 2008 e 2009 no Maranhão; e o Tribunal Popular do Judiciário, com desdobramento no Observatório da Justiça e Cidadania, que

desde 2009 problematizam a atuação do Poder Judiciário, Ministério Público e outras instituições públicas no estado.

Propostas - No Inter-regional, os maranhenses apresentarão sete propostas de temas e ações prioritárias para o próximo quadriênio: Mobilização e controle social por justiça e direitos; desenvolvimento socioambiental; sustentabilidade para a base; povos tradicionais frente ao modelo de desenvolvimento; infância e juventude; mudanças climáticas, emergências e direitos humanos; e economia solidária como alternativa ao atual modelo de desenvolvimento.

Para João de Jesus, assessor de formação do Secretariado Nacional, "aparentemente são temas que já estão na agenda da Cáritas há bastante tempo; é interessante dizer o que é necessário encarar com mais ênfase", afirmou.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2011 • Processo n.º. 974/2011**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO TOTAL, por LOTE, para contratação de empresa especializada em recarga de extintores de incêndio, no dia 13/07/2011, às 10:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 22 de junho de 2011.
KEILA DANIELA CANTANHÊDE
Pregoeira TJ/MA

Carta do leitor

Sr. diretor

Como de costume, comprei “O Estado do Maranhão”, edição de hoje (20/06), e fiquei surpreso com uma nota de chamada em primeira página: “PEC propõe aposentadoria de 75 anos no Judiciário”.

Da leitura da matéria interna (p.3), constatei tratar-se de uma PEC – 011/2005 com tramitação na Assembléia Legislativa, de autoria do conceituado e experiente deputado Carlos Alberto Milhomem, alterando o limite da aposentadoria compulsória dos servidores públicos do estado de 70 para 75 anos.

Como já me manifestei sobre o assunto em trabalho intitulado “O Direito de Trabalhar”, publicado na imprensa local no ano passado, cabe-me apenas prestar alguns esclarecimentos, já que fui citado com outros colegas como beneficiários, não sei por que, da propalada mudança:

Primeiro: Referida PEC 011/2005, assim como a 457 que tramita na Câmara Federal, não propõe, como noticiado, elevação do limite da aposentadoria compulsória apenas para o Judiciário, mas, sim, para os funcionários públicos em geral;

Segundo: Não sou, assim como os colegas citados, beneficiários de coisa alguma, caso referida emenda ou emendas vierem a ser aprovadas nas duas Casas Legislativas, pois a lei nos assegura aposentadoria com proventos integrais;

Terceiro: No caso, os maiores beneficiários são os governos Federal, Estaduais e Municipais, todos com seus sistemas previdenciários à beira de um colapso total. Só no nosso estado o déficit atuarial (não de caixa) da previdência é da ordem de R\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais);

Quarto: Aposentadoria/previdência são problemas de governo e não de entidades de classe, tanto que os magistrados e outras categorias similares admitidos a partir da Emenda 41/2003 perderam aposentadoria integral e nenhuma entidade de classe foi postar-se de plantão no Congresso Nacional em defesa desse direito. Claro, seus dirigentes de então não foram atingidos pela brusca mudança, um verdadeiro desestímulo para a carreira;

Quinto: A elevação do limite de idade da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos não traz nenhum prejuízo, tampouco engessamento da carreira, pois não obriga nenhum servidor público a permanecer trabalhando até esse limite. O texto é bem claro: “Aposentadoria compulsória”. Se o servidor antes desse limite contribuiu normalmente para a previdência, permanecerá no serviço se quiser.

Sexto: No meu caso, já contribuí o bastante para aposentar-me, porém, como me encontro em pleno vigor de minhas faculdades físicas e mentais, continuo e continuarei trabalhando, sem necessidade da “bengala” da Ama.

Cordiais saudações.

Desembargador Raimundo Freire Cutrim

Pacto vai combater a sonegação tributária

Governo do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público firmaram ontem um pacto para o combate à sonegação fiscal. No Maranhão, as perdas podem chegar a R\$ 400 milhões por ano. **Economia 9**

Pacto entre governo, TJ e MP criará força-tarefa de combate à sonegação

Estimativa é de que cheguem a R\$ 400 milhões por ano as perdas com sonegação fiscal no Maranhão; acordo foi firmado durante o VII Encontro Nacional de Promotores de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, realizado em São Luís

Foi firmado ontem pelo Governo do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça e Ministério Público um pacto para a criação de uma força-tarefa no combate à sonegação fiscal. O acordo foi assinado durante o VII Encontro Nacional de Promotores de Justiça de Defesa da Ordem Tributária (Enap), que acontece no Hotel Brisamar, na Ponta d'Areia. A projeção é de que as perdas com sonegação fiscal já cheguem a R\$ 400 milhões por ano no Maranhão.

Segundo informou o secretário de Estado da Fazenda, Cláudio Trinchão, a força-tarefa terá a participação de todos os órgãos que têm a participação direta no combate à sonegação fiscal. "Teremos uma integração entre a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, da Delegacia Especializada de Combate aos Crimes Fazendários [Defaz] e Vara Cri-

minal Especializada em Crimes Tributários e Econômicos de São Luís, e a intenção é fechar o cerco aos sonegadores de impostos", disse Trinchão.

Outro ponto abordado pelo titular da Sefaz foi a mudança de cultura do cidadão sobre o pedido da nota fiscal em estabelecimentos comerciais. "É importante que a sociedade entenda que é a partir do valor arrecadado em tributos que os governos municipal, estadual e federal poderão investir em educação, saúde, saneamento e demais setores", concluiu Cláudio Trinchão.

O promotor de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica e coordenador do VII Enap, José Osmar Alves, reforçou o desejo de todos os entes envolvidos de estreitar a relação entre o Ministério Público, a Secretaria de Fazenda e a Delegacia Fazendária e evitar a

prática desse tipo de crime e explicou que, embora seja difícil estabelecer em números exatos quanto o Maranhão deixa de arrecadar com a sonegação de impostos, é muito provável que esta cifra se aproxime de R\$ 400 milhões por ano.

"Se tomarmos como base que nacionalmente esta perda esteja estimada em 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB), teremos um valor próximo a R\$ 400 milhões, porque o PIB maranhense está em cerca de R\$ 38 bilhões", destacou.

A juíza titular da 10ª Vara Criminal Especializada em Crimes Tributários e Econômicos, Oriana Gomes, lembrou a existência de muitos empresários que se utilizam dos nomes e dados de pessoas para criar empresas em nome de terceiros, prática denominada pela juíza como um "laranjal". "Por muito tempo, era comum encontrar firmas

Flora Dolores



Secretário Cláudio Trinchão fala sobre ações de combate à sonegação durante encontro no Hotel Brisamar

registradas em nome de pessoas que não são os proprietários de fato”, explicou a juíza.

A programação do encontro

segue hoje a partir de 9h até às 18h no Hotel Brisamar com palestras dos promotores Fernando Arruda (SP) e Andreas Eise-

le (SC); em seguida, às 10h25, com o promotor Áureo Rogério Gil Braga (RS), entre outros promotores.

Sem argumentos

O ministro Cezar Peluzo derubou os dois argumentos básicos da Prefeitura de São Luís para manter a decisão do Tribunal de Justiça de suspender a cobrança do IPTU.

O primeiro ponto é que o Município não teria prejuízo com a suspensão, uma vez que o orçamento fora elaborado com base nos valores de 2010.

E os imóveis que haviam sido isentados pela Prefeitura continuam isentos, da mesma forma.

Advogado acusado de crime de pedofilia depõe na DPCA

Airton José de Sousa foi preso sexta-feira, sob acusação de abusar de uma criança

Compareceu ontem à tarde para prestar depoimento na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) o advogado do município de Tuntum Airton José de Sousa, preso na noite de sexta-feira, 24, em São Luís, sob suspeita de pedofilia. A prisão foi determinada pela 11ª Vara Criminal. O jurista, segundo informou a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), teria mantido relações sexuais com um menino de 13 anos, parente da própria mulher.

Ontem, durante a oitava na DPCA, Airton José de Sousa esteve acompanhado dos advogados Ricardo Azoubel e Erivelton Lago, representantes da Comissão de Prerrogativa da Ordem dos Advogados (OAB) do Maranhão. Ao final do procedimento, a delegada titular, Igliana Freitas, informou à imprensa que, em virtude da greve dos delegados de Polícia Civil



Biné Morais

Advogado Airton José de Sousa

do estado, não poderia falar acerca do caso que envolve Airton José de Sousa.

Airton José de Sousa deixou a delegacia por volta das 17h e retornou ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMA), onde está custodiado desde a prisão. O advogado de Tuntum foi localizado em um parque diversões de propriedade da família, na Avenida dos Holandeses (Calhau), pela equipe de in-

vestigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Em depoimento à polícia, o menor de 13 anos contou que manteve relações sexuais com o advogado em duas oportunidades, sendo a primeira em julho do ano passado, quando teria sido trancado pelo jurista em seu escritório, forçado a assistir a um vídeo pornográfico e praticar o ato. Na segunda, o menor afirmou que três dias depois teria sido amarrado por Airton José de Sousa, em seu quarto, onde teria sido novamente violentado.

Após a prisão do advogado, o superintendente da SPCC, Sebastião Uchoa, fez um resumo do esforço da polícia para prendê-lo. "No início de maio, a equipe de capturas da DPCA e da Seic montaram um cerco policial para prender o suspeito em um apartamento, no bairro Cohama, onde costumava se hospedar, na capital. Naquela oportunidade, ele conseguiu escapar, mas desta vez, finalmente conseguimos cumprir a ordem judicial", disse Uchoa.

Servidores do Judiciário farão ato público em frente ao Fórum

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) realizará ato público nesta terça-feira, 28 de junho, às 9 horas, em frente ao Fórum de São Luís, aberto aos servidores, advogados, magistrados, promotores de Justiça, representantes de entidades sindicais e da imprensa em geral. Na oportunidade será oferecido um café da manhã a todos os presentes.

O evento visa divulgar a pauta de reivindicações do Sindjus e em processo de negociação com a direção do Tribunal de Justiça, além de divulgar também o ato público unificado em defesa da democratização da Justiça, que será realizado em conjunto com os sindicatos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), no dia 6 de julho, em frente ao prédio sede do TJMA.

Essas atividades organizadas pelo Sindjus servem de preparação para a assembleia geral dos servidores do Judiciário, marcada para o dia 9 de julho, sábado, que avaliará o resultado final das negociações entre o sindicato e a administração do TJMA. A assembleia pode decidir pela deflagração de greve geral por tempo indeterminado dos servidores do Judiciário estadual, caso o resultado final das negociações seja considerado superficial e insatisfatório pela classe.

A pauta de reivindicações inclui a reposição das perdas inflacionárias e a fixação do dia 1º de março como data base para a revisão geral e anual da remuneração dos servidores, o reajuste dos auxílios saúde e alimentação da categoria.

O Sindjus cobra também a atualização do auxílio transporte dos comissários e oficiais de justiça para realização das diligências judiciais, a extensão dos 11.98% da URV para todos os servidores do TJMA e a imediata reativação da Central de Cumprimento de Mandados da capital.

Advogado acusado de pedofilia continua em cana

Continua preso no Quartel do Corpo de Bombeiros, na capital maranhense, o advogado Airton José Sousa. Contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz da Vara da Infância e Adolescência sob a acusação de abuso sexual contra um menino de apenas 10 anos.

Airton Sousa foi preso, na noite desta sexta-feira, (24), em um parque infantil localizado na Avenida dos Holandeses, próxima a rotatória do Calhau e ao Comando Geral da Polícia Militar.

Ele estava sendo investigado há seis meses por abuso de um garoto, que era sobrinho da esposa do advogado. Segundo informações, Airton teria trazido o menino do município de Tuntum para São Luís. Ele praticou o crime de estupro amarrando a vítima.

Airton Sousa foi autuado no Plantão da Beira-Mar e levado para uma cela especial no Quartel do Corpo de Bombeiros. Além de advogado, ele é procurador no município de Tuntum.

ROBERTO COSTA

Deputado elogia decisão do STF ao negar liminar à prefeitura

O deputado Roberto Costa (PMDB) usou a tribuna nesta segunda-feira (27), para comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal que negou a liminar pedida pela Prefeitura de São Luís, para voltar a cobrar os valores abusivos do IPTU de 2011.

"Quero parabenizar o STF por ter compreendido a situação que nossa cidade está passando e desta forma, ter negado o recurso para a Prefeitura de São Luís", disse o deputado.

De acordo com a liminar, a Prefeitura de São Luís pedia que

a lei municipal voltasse a vigorar, até o julgamento final da ação (mérito) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. E que a decisão do TJ suspendendo a cobrança do IPTU estaria causando grave lesão à ordem pública, com uma perda na receita de 191 milhões de reais.

Roberto Costa afirmou que o presidente Cezar Peluzo negou o recurso analisando dois pontos: primeiro, é que o município não estaria sendo penalizado em virtude do orçamento ter sido elaborado nos valores antigos. Ou seja, nos valores de 2010. E segundo, porque os

imóveis que foram isentos, continuam da mesma forma.

"Isso quer dizer, que o prefeito João Castelo queria o dinheiro para fazer caixa pra sua campanha. Porque o orçamento já estava planejado e ele [Castelo], achava que seria fácil enganar a população. Só que ele caiu na esparrela dos seus secretários", afirmou o deputado.

CRÍTICA AO PSDB - Roberto Costa aproveitou a oportunidade para defender o ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB) que foi criticado pelo deputado Otávio Leite (PSDB - RJ), que apresentará

à Comissão de Turismo da Câmara, a convocação do ministro Pedro Novais, para dar explicações sobre o convênio de 20 milhões feito com estados e municípios.

"Quero deixar meu repúdio ao deputado do PSDB por essa atitude. O PSDB de São Paulo e de outros estados, tem preconceito com o Maranhão. Eles criticam tanto os nossos índices que deveriam agora, nos ajudar a aumentar, já que o ministro destinou 2 milhões para o Maranhão do valor total desse convênio", disparou o deputado.

Júris em Vitorino Freire

Quatro júris movimentam Vitorino Freire em agosto e setembro. Sob a presidência do titular da 1ª vara da comarca, juiz Jairon Ferreira de Moraes, os júris acontecem nos dias 29, 30 e 31 de agosto e no dia 1º de setembro, no fórum da comarca (Rua Amaral Peixoto, 5, Centro), sempre a partir das 8h30, quando sobem ao banco de réus acusados de homicídio. No primeiro deles, no dia 29 de agosto, o réu Antonio Welinton Vieira dos Santos, o “Pelado”, responderá pela morte de Marceilton de Sousa Noleto, o “Peteca”. No segundo júri, dia 30, Raimundo Costa e Silva, o “Burrão”, vai a julgamento pelo homicídio de Nilson Matias Henrique, o “Zomim”. No último júri do mês, dia 31, Francisco Almeida Alves Amorim, o “Giraldo”, responderá pela acusação de homicídio contra Antonio Bezerra da Silva, o “Pirula Conta”.

IMPASSE EM NEGOCIAÇÃO EVITA O FIM DA GREVE DOS DELEGADOS

Por falta de acordo com o governo, paralisação nas Delegacias de Polícia completa hoje 26 dias

Sem acordo com o governo do Estado, a greve dos delegados de polícia completa hoje 26 dias. A Adepol acatou a determinação judicial, para que 50% do efetivo trabalhe normalmente, mas o movimento de paralisação continua. Já aconteceram

várias reuniões com representantes do governo, porém sem nenhuma contraproposta. Os delegados querem o reajuste e incorporação das horas extras ao subsídio, isonomia com procurador do estado e melhores condições de trabalho. PÁGINA 5

Por falta de acordo, greve dos delegados chega ao 26º dia

POR JULY CAMILO

Sem acordo com o governo do Estado, a greve dos delegados do Maranhão completa hoje 26 dias. A Associação dos Delegados da Polícia Civil do Maranhão (Adepol) acatou a determinação do Tribunal de Justiça, proferida pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, para que 50% do efetivo trabalhem normalmente durante a paralisação, mas afirmou que o movimento continua.

De acordo com o presidente da Adepol, delegado Marconi Chaves Lima, já houve várias reuniões com representantes do governo, chefe da Casa Civil e Secretária de Segurança Pública, sobre as reivindicações da categoria, porém sem nenhuma contraproposta. Os delegados querem o reajuste das horas extras em 10%, na mesma forma que foi concedida nas carreiras de Polícia Civil e agente penitenciário, sendo 5% imediato e 5% posteriormente; incorporação das horas extras ao subsídio; o cumprimento da decisão judicial feita em 2007, durante o governo de Jackson Lago, que garante isonomia para os delegados como a do procurador do estado e melhores condições de trabalho. "Esperávamos um avanço durante as várias reuniões que tivemos, mas a intransigência do governo não permite que as negociações avancem. O secretário Aluísio Mendes já disse que não pode oferecer reajuste neste ano para os delegados, devido ao



Delegado Marconi Lima disse continuar aguardando contraproposta do governo

orçamento. Desta forma a greve continua, mas de forma pacífica e ordeira", afirmou.

Segundo o delegado Marconi Lima, o Estado descumpra a isonomia dos delegados, sem nenhuma decisão judicial, apesar de já ter perdido a questão cinco vezes no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ressaltou também que apesar da continuidade do movimento a categoria tem respeitado a cota de 50% do efetivo trabalhando, conforme a decisão do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. "Sabemos que mais de 50% dos

colegas estão trabalhando, porém em greve. O nosso movimento é ordeiro e não desrespeita nem fere a nossa conduta e ética. Não há soltura de presos e o trabalho corre normal segundo a logística feita pela SSP-MA durante o movimento. Afinal, precisamos lutar por nossos direitos, mantendo é claro a segurança do cidadão", declarou.

Outras reivindicações – Os delegados reivindicam também a médio e longo prazo, a retirada de presos de delegacias, pois a custódia dos detentos impede a

Polícia Civil em dar prosseguimento às investigações; concurso para a contratação de delegados para os 121 municípios que não são assistidos, e melhores condições de trabalho. Marconi Lima revelou que existem 1.800 presos nas delegacias do Estado e apenas 351 delegados para seis milhões de habitantes. A categoria realiza hoje, às 15h, na sede da Adepol, na Rua da Palma, uma assembleia geral para avaliar as reuniões feitas com o governo e para decidir quais medidas vão ser tomadas para o movimento grevista.

CORREIÇÃO EM PAÇO

Nos próximos dias 6 e 7 de julho o Tribunal de Justiça do Maranhão através da Corregedoria fará correição na comarca de Paço do Lumiar. Muitos acreditam que estará em julgamentos processos contra a prefeita luminense Bia Venâncio. Muitos ainda acreditam que mais uma vez ela será afastada do cargo. Pura ilusão. Bia Venâncio disse que tem a proteção de São Zequinha Sarney e como da vez anterior, qualquer ação contra ela será suspensa por instância superior. Se não for no TJ, será no Superior Tribunal de Justiça onde os Sarney tem ministros sob controle. Com dona Bia até o povão está sob controle. É só esperar as eleições do próximo ano.

PELA MACONHA

O juiz da comarca da cidade maranhense de Bacabal, Roberto de Paula, falando a respeito da marcha da maconha, disse que é uma situação complicada e que o povo brasileiro, principalmente os jovens, não tem o equilíbrio necessário para que a planta possa ser vendida livremente. É o magistrado deu a sua alfinetada dizendo que nunca viu uma marcha contra a corrupção. Já é querer demais. Segundo o IBGE, a corrupção no Maranhão é endêmica, ou seja, até parte do povo aprova.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL
DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO – SINDJUS/MA**

O SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – SINDJUS/MA, nos termos seu Estatuto Social e na forma da Legislação vigente, vem, por seu representante legal, que assina abaixo, convocar todos os servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para participar de uma assembleia geral extraordinária, que será realizada no Auditório do Hotel Premier, Av. dos Holandeses, 03, Ponta D'Areia, nesta capital, no dia 09 de Julho de 2011, sábado, às 14 horas, em primeira convocação, ou, não sendo alcançado o quórum legal, às 14:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de servidores presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Planejamento orçamentário do SINDJUS/MA; 2) Novo Estatuto Social do SINDJUS/MA; 3) Informes e avaliação das negociações com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão sobre a pauta de reivindicações/2011; 4) Deliberação sobre greve geral dos servidores do TJMA por tempo indeterminado; 5) Outros assuntos. São Luís (MA), 24 de junho de 2011. Aníbal da Silva Lins – Presidente – SINDJUS/MA.